


BOLETIM INFORMATIVO

05/fev - 05/mar.

2021

Núcleo Especializado de
Cidadania e
Direitos Humanos



O Informativo do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos apresenta as principais atividades desenvolvidas ao longo do mês, considerando os intervalos entre as Reuniões Ordinárias, realizadas sempre na primeira sexta-feira de cada mês.

Editorial: Zeladoria Urbana

mais detalhes na
página 2 deste
informativo

O NCDH acompanha há vários anos as ações de zeladoria na cidade de São Paulo e como tais ações impactam os direitos das pessoas em situação de rua. A partir da atuação do Núcleo foi proposto Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em 2015 à prefeitura de São Paulo, que, embora não tenha sido assinado, deu origem à edição do Decreto 57.069/16. Desde então o Núcleo vem acompanhado a execução de tal normativa, participando do Subcomitê de Zeladoria da Prefeitura e apresentando sugestões de aprimoramento nos procedimentos realizados pela Prefeitura. Infelizmente, em 2017 ocorreu operação de zeladoria nos baixios do viaduto Jaceguai, ocasionando um incêndio no local, o que levou à propositura de ação civil pública por danos morais coletivos pelo NCDH, julgada procedente.

No entanto, mesmo durante o período pandêmico, houve o recebimento de denúncias envolvendo retirada ilegal de pertences das pessoas em situação de rua, motivo pelo qual foram expedidos diversos ofícios aos órgãos da Prefeitura responsáveis pelas ações de zeladoria visando ao fiel cumprimento do novo decreto sobre zeladoria urbana,

[Decreto Municipal nº 59.246, de 28 de fevereiro de 2020](#), e da [Portaria Intersecretarial nº 04/SMSUB/SMDHC/2020](#), de 24 de julho de 2020.

Como não foi possível a resolução administrativa, o caso foi encaminhado para a Unidade da Fazenda Pública da Capital, a qual propôs uma Ação Civil Pública com pedido de dano moral coletivo, com suporte do NCDH. O pedido liminar foi deferido e reforça a obrigatoriedade de cumprimento do decreto editado pela própria prefeitura.

Tal prática não é exclusiva da capital, episódios de violação também tem ocorrido em municípios do interior do Estado, como em São Caetano do Sul, Osasco, Guarujá e São Sebastião. O Núcleo também tem dado suporte às Unidades do interior e articulado com o Ministério Público nos locais onde não há Unidade da Defensoria instalada.

Essas violações se mostram especialmente graves, uma vez que as denúncias dão conta da retirada de documentos pessoais, colchões, cobertores e outros itens essenciais à subsistência, o que dificulta, sobremaneira, a vida das pessoas em situação de rua no atual cenário pandêmico.



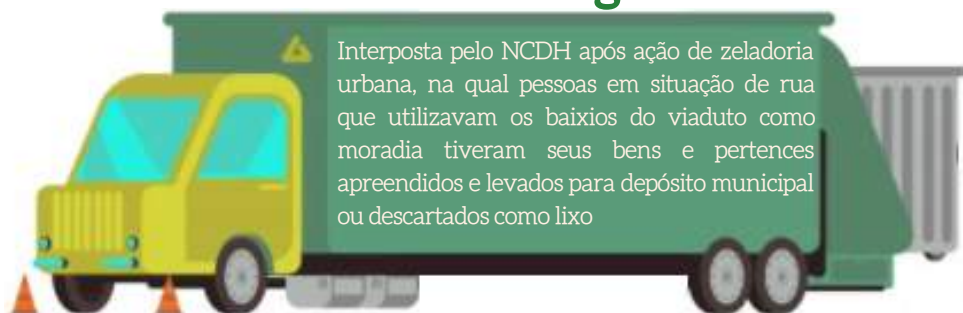


ZELADORIA URBANA & VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA POPRUA

Atuação NCDH

ACP Jaceguai

Interposta pelo NCDH após ação de zeladoria urbana, na qual pessoas em situação de rua que utilizavam os baixios do viaduto como moradia tiveram seus bens e pertences apreendidos e levados para depósito municipal ou descartados como lixo



Legislação

O NCDH contribuiu para o desenvolvimento de decreto municipal de zeladoria urbana lançado em 2016, durante a gestão de Fernando Haddad

O decreto reunia e unificava as diretrizes previstas em diversas normas municipais, a fim de facilitar a execução das disposições e a fiscalização dos agentes públicos

Decisões

No dia 25 de fevereiro, a 11ª Câmara de Direito Público do TJ-SP prolatou acórdão negando o recurso da Prefeitura Municipal de São Paulo interposto contra sentença de primeiro grau que condenou o Município a devolver os bens apreendidos na ação de zeladoria urbana realizada no dia 29/07/2017 no Viaduto Júlio de Mesquita Filho (Jaceguai), na capital e ao pagamento de danos morais individuais às vítimas desta ação de zeladoria.

Nesta ação, o NCDH sustenta que a ação da Prefeitura do dia 29/7/2017 ocorreu sem a devida observância às normas municipais concernentes as operações de zeladoria, causando danos desastrosos às pessoas que usavam o local como moradia.

O acórdão, que negou provimento ao recurso do Município, confirmou a linha argumentativa do Núcleo e reconheceu o descumprimento das normas municipais pela Prefeitura na operação de zeladoria urbana questionada, decidindo por manter as condenações determinadas ao Município pelo juízo de primeiro grau.

● Subcomitê Permanente de Zeladoria Urbana ●

O NCDH é um dos membros do referido subcomitê, o qual foi instituído pela Lei nº 17.252/2019, com objetivo de acompanhar e fiscalizar a execução dos procedimentos das ações de zeladoria previstos por lei.

ACP Princesa Isabel

Em 22 de fevereiro, com suporte do NCDH, foi proposta [ação civil pública em face da Prefeitura Municipal de São Paulo](#) para questionar as ações de zeladoria urbana realizadas nos dias 10 de setembro e 8 e 13 de outubro de 2020, na Praça Princesa Isabel, na região central da capital, nas quais ocorreram diversas violações de direitos das pessoas em situação de rua, como a inutilização de barracas desmontáveis e a retirada de bens e pertences individuais. Nesta oportunidade, foi requerida a condenação da Prefeitura nas obrigações de:

- abrir guarda-pertences nas imediações da Praça;
- se abster de retirar os pertences das pessoas em situação de rua sem entregar-lhes, além do contralacre, ato por escrito fundamentando a apreensão;
- incluir a participação de agentes da Assistência Social nas operações de zeladoria; dentre outras.



NCDH na mídia

O Programa SPI da TV Globo e o GISP deu destaque ao assunto com participação da coordenação do NCDH.

[Clique aqui para acessar a reportagem](#)

[Clique aqui para ver a matéria.](#)





CRACOLÂNDIA

Reuniões

Em 24 de fevereiro, o NCDH se reuniu com o Ministério Público e com o Núcleo Especializado da Habitação e Urbanismo para debater sobre as operações de desalojamento que têm sido realizadas na região e das violações de direitos humanos daqueles que habitam nas quadras 37 e 38.

Em 04 de março, o NCDH se reuniu com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos para debater também sobre a população em situação de rua alocada no território em que tem sido realizadas as remoções, na Cracolândia. Tratou-se também acerca do planejamento da Secretaria em relação às remoções e a população em situação de rua do local.

Medida Cautelar

CIDH

Comisión Interamericana
de Derechos Humanos

Os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos e de Habitação enviaram um pedido de Medida Cautelar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos devido à situação de grave urgência e violações de direitos humanos de pessoas em extrema vulnerabilidade na região da Cracolândia. [Confira a peça aqui.](#)

Após a atuação da Defensoria, foi possível a suspensão das remoções agendadas para 10/03/2021. [Confira matéria veiculada na Folha SP.](#)



Atendimentos

No dia 05 de fevereiro 2021, o NCDH organizou e realizou atendimento itinerante para a população em situação de rua na região da Cracolândia. O atendimento contou com a participação da plantonista do atendimento à população em situação de rua, Alessandra Cintra, e da defensora voluntária, Fernanda Dutra.

Outro atendimento itinerante, também na região da Cracolândia, foi realizado em 19 de fevereiro contando com apoio do integrante do NCDH, Gustavo Siqueira, da defensora voluntária Gabriela Pádua, e dos plantonistas do atendimento à população em situação de rua da região central, Surrailly Fernandes e Erika Ramos.

ATENÇÃO!

A Defensoria Pública realizará atendimento aos moradores dos imóveis das quadras 37 e 38 (localizada entre a Rua Helvetia, Rua Dino Bueno, Largo Coração de Jesus, Alameda Barão de Piracicaba, Alameda Cleveland, Alameda Glete), para prestar orientação jurídica voltada à defesa dos direitos daqueles que estão ameaçados de remoção pela Prefeitura/COHAB.

QUANDO?
03 e 04 de março, 13 hs

ONDE?
Atendimento Inicial da Defensoria Pública
Rua Boa Vista, n. 150

IMPORTANTE
Caso tenha recebido algum papel da Prefeitura ou da Justiça, traga esse documento com você, além dos seus documentos pessoais.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO | Habitação, Urbanismo | Cidadania e Direitos Humanos

Nos dias 03 e 04 de março, o NCDH e o NEHAURB realizaram, em conjunto com a Unidade da Fazenda Pública, no prédio da triagem da Defensoria Pública, atendimento aos moradores dos imóveis das quadras 37 e 38 para prestar orientação jurídica voltada à defesa dos direitos daqueles que estão ameaçados de remoção pela Prefeitura/COHAB. Foram atendidas cerca de 20 pessoas. Em janeiro o NCDH e NEHAURB já haviam atendido outras 60 pessoas.





ATENDIMENTO ITINERANTE

Comunidade do Banhado em São José dos Campos

A realidade dos moradores do Jardim Nova Esperança, comunidade do Município de São José dos Campos - SP, conhecida como Banhado, é marcada por um longo processo de criminalização e construção de condições insustentáveis de permanência, o qual objetiva justificar a eliminação física de núcleos urbanos ocupados por população hipossuficiente.

No dia 24 de outubro de 2018, a Prefeitura de SJC fechou, sem determinação judicial, a principal via pública do bairro e impediu a passagem de moradores. Este fato ensejou a proposição de [ação contra o Município pela Unidade de São José dos Campos da Defensoria Pública \(1026895-69.2018.8.26.0577\)](#).

No momento, essa ação ainda está em curso e a realidade dessas 400 famílias que lá moram ainda é marcada por constantes ameaças e/ou tentativas de cooptação de moradores, para aderirem à proposta de remoção apresentada pela Prefeitura.



Diante deste constante assédio do Poder Público e dos inúmeros relatos de violência pelos moradores do local, a Unidade da Defensoria Pública no Município solicitou suporte do NCDH em 2017. Mais recentemente, novas incursões da Polícia Militar, Civil e Guarda Civil provocaram novas denúncias, fato que levou à realização de atendimento presencial no dia 11/02/2021, em que foram atendidas cerca de 40 pessoas. Na oportunidade, além de servidores da equipe administrativa, participaram do atendimento a agente do CAM, Cristiane Lima, e o Defensor Público Jairo Salvador de Souza.

Após o atendimento, a coordenação do NCDH e o Defensor Público de São José dos Campos, José Luiz Simão, se reuniram com o 1º Comandante do Comando Geral da Polícia Militar do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, Dinael Carlos Martins, com o objetivo de apresentar os relatos de violência policial por parte dos moradores da comunidade do Banhado e solicitar providências.





VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Reuniões

Capacitação

Em 17 de fevereiro, o NCDH se reuniu com Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI) para articular aproximação e estratégias conjuntas de atuação para melhor atendimento de vítimas, principalmente em relação à capacitação dos/as defensores/as e a equipe do CRAVI.



Em 22 de fevereiro, o NCDH se reuniu com a Ong Witness, a qual trabalha com o uso do vídeo como prova, para tratar do Caso Deborah Fabri. O caso foi noticiado à época, quando a estudante, em uma manifestação contra o governo, em 2016, foi atingida por uma bomba de efeito moral, que levou à perda da sua visão do olho esquerdo ([Confira](#)). O NCDH dá suporte ao caso desde então a Unidade Santo André, além de acompanhar denúncia enviada à CIDH. Na reunião, discutiram-se estratégias para encontrar novas provas para a ação indenizatória e a realização de perícia.

Armas de fogo



Em 23 de fevereiro, o NCDH participou de reunião com os institutos Sou da Paz, Igarapé, Conectas e a Clínica de Direitos Humanos da UERJ, para tratar sobre litigância estratégica no tema das armas de fogo e articular a incidência desse assunto no Supremo Tribunal Federal.

Articulação

Dando continuidade às articulações já divulgadas no [boletim anterior](#), o NCDH tem participado de diversas reuniões para debater temas relacionados à violência policial. No dia 22 de fevereiro, foi realizada reunião com a Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio e a Administração da DPE/SP para tratar sobre o atendimento às vítimas de violência policial.



REDE DE PROTEÇÃO E
RESISTÊNCIA AO GENOCÍDIO

Educação em Direitos

A convite da professora Carla Osmo, em 12 de fevereiro, a Coordenadora do Núcleo, Letícia Avelar, ministrou uma aula sobre violência policial para as alunas da Clínica de Direitos Humanos da Unifesp Campus Osasco.

Aula sobre
violência policial



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Vacinação

Com o início da vacinação na cidade de São Paulo, o NDCH oficiou o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Edson Aparecido dos Santos, recomendando não apenas a vacinação contra COVID-19 de moradores em situação de rua com mais de 60 anos na cidade de São Paulo, mas sim das estimados [24 mil pessoas em situação de rua da cidade](#). Ao dar prioridade a apenas aos maiores de 60 anos, a Prefeitura vacinaria 13% das pessoas em situação de rua da cidade, deixando de lado cerca de 22 mil pessoas, as quais também demandam especial e urgente atenção do Poder Público.

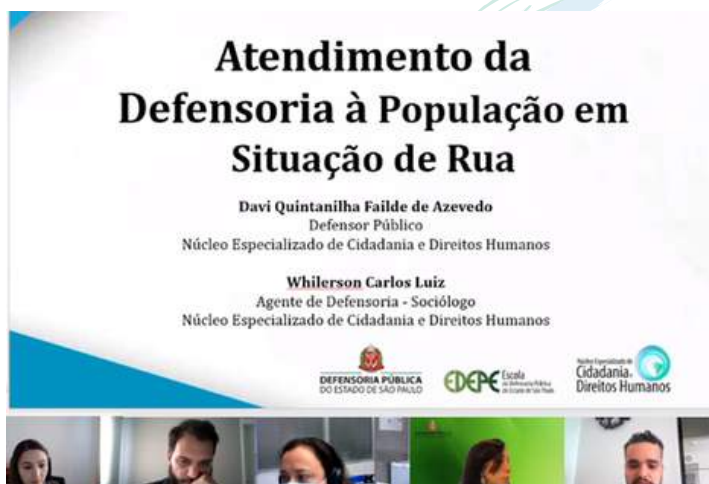
[Confira o ofício.](#)

[Confira a notícia na mídia.](#)



Capacitação

Em 15 de fevereiro o NCDH participou da "Reunião de capacitação para atividade Pop Rua", a fim de tratar de todos os fluxos de atendimento e esclarecer dúvidas acerca de demandas que chegam no atendimento jurídico à população em situação de rua. A coordenação também explicou sobre os atendimentos itinerantes, que são de atribuição do Núcleo a organização. [Confira a Reunião aqui.](#)



Medida Cautelar

Foi apresentado Memorando ao Defensor Público-Geral com as informações para resposta à Comissão Interamericana de Direitos Humanos acerca de medidas adotadas em relação às recomendações feitas pela CIDH por meio da Resolução nº 11/2019, de 8 de março de 2019. Trata-se da medida cautelar concedida ao Padre Júlio Renato Lancellotti e a Daniel Guerra Feitosa. As informações atualizadas guardam relação com o agravamento dos riscos do trabalho do Pe. Júlio no contexto da pandemia do COVID-19. Com o aumento do quadro de exclusão da população em situação de rua e, conseqüentemente, a intensificação das ações tomadas pelo Pe. Júlio para garantir a essa população direitos mínimos de subsistência, aumentou sua vulnerabilidade enquanto defensor de direitos humanos. A conclusão do Memorando foi no sentido da omissão Estatal em tomar as medidas efetivas e necessárias para a proteção da integridade pessoal do Pe. Júlio. [Confira a peça aqui.](#)

Reunião

Em 12 de fevereiro, o NCDH participou de reunião com o CAM Central, a Coordenadoria de Proteção Especial da SMADS, representante do Serviço Especial de abordagem da SMADS e representantes de todos os "Centro Pop" da Capital para tratar da questão das vagas em centros de acolhida para população em situação de rua e criação de fluxos com a Defensoria.





SOCIOAMBIENTAL

Dia Mundial dos Catadores

No dia 1º de março foi celebrado o Dia Mundial dos Catadores de Materiais Recicláveis. Segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), são cerca de 800 mil catadoras e catadores em atividade no Brasil, responsáveis pela coleta de 90% de tudo que é reciclado no país.

Apesar de sua evidente importância para a sustentabilidade socioambiental do país, a efetividade da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece normas gerais para a gestão integrada desses materiais, bem como a responsabilidade dos geradores e do poder público, ainda enfrenta grandes desafios. Um dos principais deles é estabelecer parcerias formais e justas com municípios e empresas, com contrato por escrito, garantia de equilíbrio entre as partes, remuneração pelos serviços prestados e condições dignas de trabalho. Catadores são os maiores agentes da reciclagem, mas, pela falta de reconhecimento e remuneração digna, ficam sujeitos a condições precárias de trabalho.

A concretização da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio de ações judiciais ou extrajudiciais, é uma das frentes de atuação do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria.



Reunião sobre Catadores/as de Hortolândia

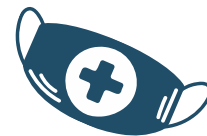
No dia 24/02 o colaborador Paulo Alvarenga participou de reunião com o Ministério Público do Trabalho e catadores da cidade de Hortolândia para tratar da contratação da cooperativa pelo Município.

Relatório

Sobre o assunto, a coordenação e o Defensor Público Membro do Núcleo, Paulo Alvarenga, realizaram o Relatório de Atuação do NCDH na defesa de catadores e catadoras de materiais recicláveis, apresentado ao grupo nacional de defensores e defensoras que atuam com a temática dos resíduos sólidos. [Confira aqui o Relatório.](#)



SAÚDE



Acessa SUS

Conforme já noticiado no [Boletim Informativo anterior](#), o NCDH tem acompanhado, em conjunto com a Assessoria Cível, a expansão do Acessa SUS para Unidades do interior. No período, a administração participou de reunião com a Unidade de Barretos em 05/02/2021 e de reunião em 24/02/2021 em Ribeirão Preto com a Prefeitura, a Unidade de Ribeirão Preto da Defensora Pública, o Ministério Público de São Paulo e a Secretaria de Saúde do Estado e Judiciário local.

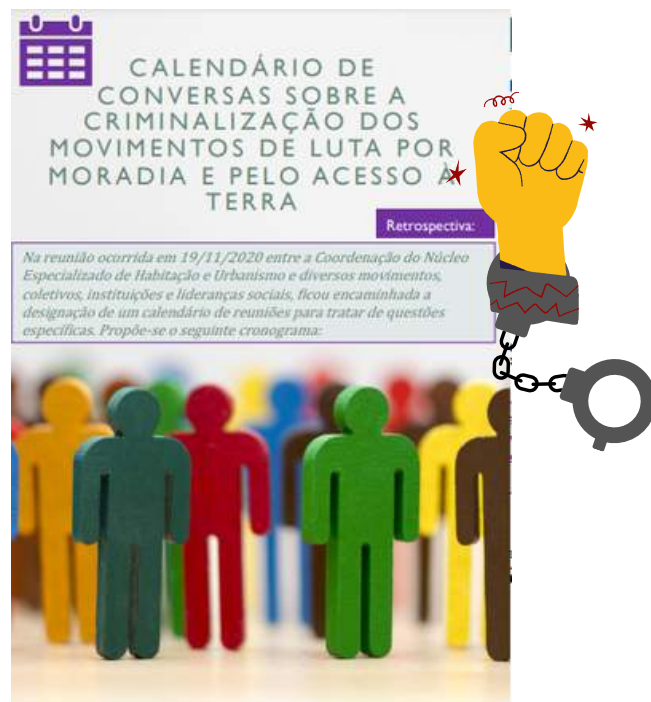
Reunião com TRF 3

Conforme já noticiado no [Boletim Informativo anterior](#), o NCDH continua participando de reuniões promovidas pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) na Plataforma Interinstitucional Virtual desenvolvida pela corte para monitoramento de demandas relacionadas à pandemia.



CRIMINALIZAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Em parceria com o Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo (NEHURB), o Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC), o DIPO, e outros movimentos sociais, o NCDH compõe Grupo de Trabalho para discutir a criminalização dos movimentos de luta por moradia e acesso à terra. Em 26 de fevereiro e em 05 de março foram realizadas reuniões para tratar da criminalização das lideranças dos movimentos sociais, de advogados populares e defensores de direitos humanos. Na conversa, foram levantadas questões sobre a prisão dos líderes de movimentos de moradia, sobre a cobrança de taxas nas ocupações e sobre a falta de acesso a serviços essenciais e discutidas estratégias de atuação.



EVENTOS

Limites e possibilidades na
atuação defensorial em saúde mental

Palestra 1
23/02/2021 - 9h às 11h30
Comunidades Terapêuticas e garantia de Direitos Humanos
Dialogante: Leo Pinho – Presidente da ABRASME
Facilitador: Fábio Barbosa – Defensor Público (DPE/MT)

Palestra 2
10/03/2021 - 9h às 11h30
Experiências de atuação da Defensoria Pública em demandas relativas à saúde mental
Dialogante: Ana Carolina Khouri (DPE/PE)
Davi Quintanilha (DPE/SP)
Facilitador: Sirlene Ribeiro (ATA) – DPE/MT

Leonardo Penafiel Pinho
Presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental e da Comissão de Coordenação Local de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Nacional de Saúde Mental

Fábio Barbosa
Defensor Público da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPE/MT) – Unidade de Defesa em Saúde Mental

Ana Carolina Khouri
Defensora Pública Especializada de Habitação, Urbanismo e Políticas de Defesa do Meio Ambiente e de Defesa do Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de Pernambuco (DPE/PE) – Núcleo de Defesa em Saúde Mental

Davi Quintanilha
Defensor Público do Estado de São Paulo, Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE/SP) – Núcleo de Defesa em Saúde Mental

Sirlene Ribeiro
Analista Jurídica, Integrante do Assessoria Técnica de Defesa em Saúde Mental da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso

Realização
ESDEP – Núcleo Especializado de Defesa em Saúde Mental
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Em 10/03, das 9h às 11h30, o NCDH irá participar do evento “Limites e possibilidades na atuação defensorial em saúde mental”. A palestra sobre “experiências de atuação da Defensoria Pública em demandas relativas à saúde mental” será em conjunto com defensora pública do estado de Pernambuco, Ana Carolina Khouri.

Em 18/02/2021, o NCDH participou de evento por videoconferência, transmitida no Youtube, para promover o lançamento dos quatro núcleos especializados da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (Infância, Direitos Humanos, Habitação e Direitos da Mulher). O tema da palestra foi “Atuação defensorial estratégica e direitos humanos: a importância dos núcleos especializados”. [Clique aqui para conferir a palestra.](#) Para acessar os slides, [clique aqui.](#)

Palestra:
Atuação defensorial estratégica e direitos humanos: a importância dos núcleos especializados

Lançamento dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública de SC

Dia 18 de fevereiro, 19h Transmissão ao vivo pelo Youtube da DPESC

Palestrante:
Davi Quintanilha de Azevedo
Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Participação:
Renan Soares de Souza
Defensor Público-Geral

Ana Paula Fischer
Defensora pública e coordenadora do NUCIDH e NUHAB

Anne Teive Auras
Defensora pública e coordenadora do NUDEM

Sharon Simões
Defensora pública e coordenadora do NIJD

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA



PARA LER, VER E OUVIR



PARA OUVIR

No episódio "**Governança climática: um olhar para o futuro**", do podcast Revoar, o líder indígena Ailton Krenak, o professor e biólogo Marcos Sorrentino e a cientista política Mônica Sodré são convidados para uma conversa sobre como as democracias estão falhando com o clima.

Mesmo cada um abordando os desafios da democracia de maneira diferente, todos convergem em uma visão: se não houver uma certa mudança de paradigma, o sistema democrático continuará falhando nos seus macro-objetivos de ser um sistema político do povo que garante o bem-estar para o povo.

[Clique aqui para ouvir.](#)

O episódio "**Os novos decretos de Bolsonaro sobre armas**", do podcast "Café da manhã", trata dos referidos decretos presidenciais, editados em fevereiro, e seus possíveis impactos na segurança pública em entrevista com Ilona Szabó, diretora do Instituto Igarapé.

[Clique aqui para ouvir.](#)



PARA VER

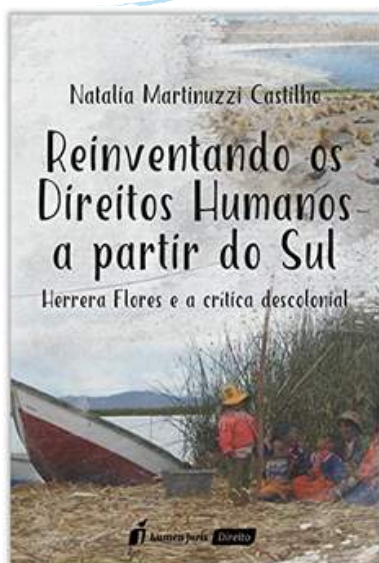


O documentário "**Winter On Fire: Ukraine's Fight for Freedom**" mostra como uma manifestação pacífica de estudantes se converteu, em 93 dias, em uma revolução na luta pelos direitos civis na Ucrânia. Expõe-se a luta pela liberdade desde a linha da frente da revolta de 2014.

Confira o [trailer](#) e o [documentário na Netflix](#).



PARA LER



O livro **“Reinventando os Direitos Humanos a Partir do Sul”** revela como os aportes do pensamento decolonial podem influenciar o estudo e o ensino do direito. Buscando compreender relações entre direito e política, a autora impulsiona sua empreitada em torno do chamado “paradoxo” dos direitos humanos, ou seja, das formas de utilização ideológica desse termo e suas consequências. Confira o livro [aqui](#).

Em 05 de março, a CIDH publicou o relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, destacando os impactos dos processos históricos de discriminação e desigualdade estrutural no país a partir de Missão realizada no país no fim de 2018. No relatório, a Comissão analisa que o Brasil enfrenta desafios estruturais para superar aspectos relacionados à discriminação historicamente negligenciada. Confira o Comunicado sobre a publicação [aqui](#). Confira a publicação [aqui](#).



COMISSÃO DO BOLETIM

Bruna Sueko Higa de Almeida
Giulia Novaes Poli
Larissa França Ferraz
Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido
Yhasmin Monteiro P. Moreno Leon



EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Davi Quintanilha Failde de Azevedo
Fernanda Penteado Balera
Letícia Marquez de Avelar

Centro de Atendimento Multidisciplinar

Mathias Vaiano Glens - psicólogo
Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial
Tatiane Medeiros Cruz - oficial
Geovanna de Souza Ribas - estagiária

Defensoras/es Integrantes

Adriana do Carmo Rios dos Santos
Caio Jesus Granduque José
Cecilia Nascimento Ferreira
Daniela Batalha Trettel
Fabricio Pereira Quintanilha
Gustavo Siqueira Marques
Leandro de Castro Gomes
Marcelo Dayrell Vivas
Mariana Borgheresi Duarte
Mariela Moni Marins Tozetto
Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II
Rafael Alvarez Moreno
Rafael Galati Sabio
Rafael Lessa Vieira de Sa Menezes
Tatiana Belons Vieira
Tatiane Bottan
Vitor Ortiz Amando de Barros.

Advogadas Voluntárias

Giulia Novaes Poli
Larissa França Ferraz
Mariana Coimbra Carvalho
Marina de Almeida Magalhães

Estagiárias/os de Direito

Bruna Sueko Higa de Almeida
Guilherme do Amaral Montanha
João Augusto Cataldo de Toledo
João Vítor Schneider da Conceição
Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido
Maria Gabriela Soares Nuñez
Yhasmin Monteiro P. Moreno Leon